

## O TESTEMUNHO NAS ATAS DOS MÁRTIRES

Pe. Dr. José Adriano

Do contexto bíblico no Antigo Testamento, onde Deus arrola o povo como testemunha de sua existência, divindade e ação na história, sendo ele mesmo testemunha garantidora da Aliança e onde, no Novo Testamento, a atividade querigmática dos discípulos, acompanhada de sinais, testemunham, além do fato histórico, também o significado soteriológico desse fato e onde, especialmente em João, o objetivo central do testemunho é a própria pessoa de Jesus, ao contexto da Igreja primitiva houve um desenvolvimento do conceito e, ao mesmo tempo, uma delimitação mais precisa do testemunho.

A comunidade cristã primitiva cresceu e se tornou ela própria testemunhal<sup>1</sup>. Assim, a proposta deste trabalho é analisar o testemunho nas *Acta e Passio Martyrum*, partindo do fato de que, na Igreja primitiva, a testemunha é vista como o

discípulo de Jesus que sofre e morre como seu mestre. O homem pio do Antigo Testamento, capaz de morrer pela Lei, é agora o cristão, capaz de morrer pela pessoa de Jesus.

O testemunho realizado diante do sofrimento na atividade missionária é aprofundado e vivenciado pela comunidade. Ali, a fidelidade é provada com a entrega da vida, tornando-se a paixão de Cristo, muito cedo, o paradigma da santidade e da verdade da fé. O Pastor de Hermas, por exemplo, caracterizava os que morriam por causa da fé como aqueles que padeceram por causa do Nome, distinguindo-os dos que não chegaram a ser mortos. Estes são confesores, aqueles são mártires<sup>2</sup>. A Carta da Comunidade de Esmirna a Philomelion, falando da morte do Bispo Policarpo, caracteriza o cristão perseguido de morte como a testemunha (*mártir*) e, sua mor-

1. Cf. At 2,42.44.45; 4,32.35; 5,12.

2. No relato de Marco Aurélio, os cristãos no sofrimento, mas ainda vivos, recusam o nome de mártir, chamando-se apenas confesores, Cf. Stromata 4,21,133,I (PG 8).

te, como testemunho (*martíria*), tecendo um paralelo entre o martírio dos cristãos e a paixão de Cristo, fundamentando a teologia do testemunho<sup>3</sup>. Inácio de Antioquia insiste na coerência entre a palavra e a ação vinculada ao tema da morte por causa da fé. A idéia traz um componente soteriológico importante, já que a ação da testemunha é uma exigência da realidade da salvação instituída pela morte de Cristo<sup>4</sup>.

### 1. AS ATAS DOS MÁRTIRES

Nas Atas se encontram os componentes principais para a argumentação teológica, especialmente por ser um gênero fixado pela literatura cristã primitiva<sup>5</sup>. Do ponto de vista histórico, podem ser divididos em três blocos. Assim sendo, o primeiro compreende os

processos oficiais do tribunal, o segundo compreende a transmissão dos fatos por testemunhas oculares ou contemporâneas (são as *Passio* ou *Martyria*) e o terceiro grupo compreende as lendas compostas posteriormente com a finalidade de edificação da comunidade<sup>6</sup>. Nos três grupos martírio é *testis*, testemunho fiel de Cristo, dado pelo sofrimento na entrega total de si até a morte, selado com sangue, denotando um caráter sacrificial e propiciatório. É um segundo batismo de sangue que dá completude ao sentido da água. É a imitação mais perfeita de Cristo e a forma mais perfeita de santidade. O martírio, nesse contexto, é confissão radical da fé sob tortura, diante do poder constituído, em tempo de perseguição<sup>7</sup>.

É também testemunho da verdade do Deus Uno, do Evangelho,

da pessoa de Jesus e da fidelidade à própria consciência. Tem, pois, uma causa precisa e contundente. Agostinho afirmava que o que faz o mártir é a causa por ele defendida<sup>8</sup>. Se a causa defendida for a mesma de Cristo, então está configurado o martírio cristão. As Atas afirmam ser a causa primeira o "nome cristão", portanto, o direito de Deus em ser reconhecido, amado e adorado pelos homens e o conseqüente direito dos homens em reconhecê-lo, amá-lo e adorá-lo com liberdade. O causador da morte do mártir será sempre o *odium fidei* com extensão no *odium iustitiae* exposto pelas bem-aventuranças evangélicas.

Os componentes essenciais do martírio, tais como: sofrimento suportado com paciência, fidelidade, aceitação sem revolta, humildade, coragem, liberdade de consciência e amor, foram experimentados por homens e mulheres como participação no sofrimento, morte e glória de Cristo. Por causa disso, o mártir passou a evocar o indefeso, o pequeno, o fraco, os pobres e o inocente, como o Cristo que evoca o servo sofredor. Ele cataliza a luta do ídolo contra Deus, do pecado contra a graça. Possui, portanto, uma dimensão profética, enquanto anúncio da

verdade da fé e denúncia da mentira do ídolo. As Atas expressam uma teologia do martírio, onde, conta também, a dimensão soteriológica (sacrifício expiatório); escatológica (mártir vencedor da morte, julgando o mundo em vista do Reino definitivo); pneumatológica (o Espírito que fala pelo mártir e dá força no sofrimento); eclesiológica (sinal sacramental que realiza o mistério de Cristo como presença, mediação e ação no mundo a partir do sofrimento, evocando novos cristãos porque é exemplo de santidade e modelo solidário para a comunidade perseguida<sup>9</sup>); litúrgica, onde a morte do mártir é uma celebração eclesial, enquanto memória que reaviva a natureza testemunhal da Igreja e, cujo centro, é a Eucaristia como força de salvação<sup>10</sup>.

### 2. TESTEMUNHO DE FÉ NA PERSEGUIÇÃO

Os mártires dão testemunho da verdade, confessando a fé diante dos poderes da terra<sup>11</sup>. Nas Atas, a confissão de fé é sintetizada na fórmula "sou cristão". É o mesmo que dizer: "sou de Cristo". Contra o decreto *Ut christianum non sint* o mártir opõe o *christianus ego sum* numa atitude de oposi-

3. N.BROX, *Zeuge und Märtyrer: Untersuchungen zur frühchristlichen Zeugnisterminologie*, München 1961, afirma que desde tempos muito antigos *mártus* era o termo técnico para designar o mártir cristão, considerando esse testemunho como o grau supremo do anúncio da Palavra, isto é, como testemunho verbal, seguindo o gênero literário das Atas dos Mártires, especialmente das Atas Latinas.

4. Cf. InAntioq. (PG 5, 980).

5. Cf. H.MUSURILLO, *The Acts of the Christian Martyrs*, Oxford 1979; BUENO, D.R., *Actas de los Mártires*, (AcMart.) Madrid 1964.

6. Pertencem ao primeiro grupo: Ata de Justino e seus companheiros mártires de Scilli na África, Ata proconsular de Cipriano. Pertencem ao segundo grupo: Martírio de Policarpo, a carta das igrejas de Viena e Lion à Igreja da Ásia, Paixão de Perpétua e Felicidade, Atas de Carpo, Papilo e Agatônica e a Ata de Apolônio. Pertencem ao terceiro grupo: Agnese, Cecília, Felicidade e seus sete filhos, Hipólito, Lourenço, Sisto, Sebastião, João e Paulo, Cosme e Damião, e a coleção feita por Eusébio na sua História Eclesiástica.

7. Perseguição em seus vários aspectos: do povo (tumulto da plebe); dos judeus (acusações e denúncias); dos sacerdotes pagãos (concorrência religiosa) e da própria lei (*Ut christiani non sint* do Instituto Neroniano); Cf. Tertuliano, Apol. 5, 1 PL 1. Vide comentário in M.SORD, *Il cristianesimo e Roma*, Bologna 1965, 79-94; V.MONACHINO, *Il fondamento giuridico delle persecuzioni nei primi due secoli*, Roma 1955; J.ZEILLER, *Institutum Neronianum*, RHÉ nº 50, 1955, 393,399; A.DEMONGEOT, *A propos de la persécution de 64 contre les chrétiens et l'Institutum Neronianum*, Montpellier, VII, 1970, 145-155; H.CONZELMANN, *Le origini del cristianesimo: il risultato della critica storica*, Torino 1976, 184-185.

8. *Martirem non fecit poena, sed causa*, Ps 34, Sermo 2,13 (PL 35, 340).

9. Tertuliano (PL 1, 603) apud Heusébio HE V, 21 (PG 20, 404).

10. Panegírico de São João Crisóstomo (PG 62, 63, 64).

11. Orígenes, Comm. in Ioan (PG 14, 175-77).

ção que anuncia a novidade do Evangelho pela qual, em nome de Cristo, se é levado aos tribunais. Assim, mártir será sempre aquele que derrama seu sangue por Cristo, sofrendo pacientemente<sup>12</sup>.

O testemunho acontece, primeiramente, num contexto de perseguição institucionalizada, caracterizada como *odium fidei* (ódio à fé) à Igreja e aos cristãos que professavam a fé na comunhão da Igreja considerada como "superstição perversa e desmedida"<sup>13</sup>. Esse tipo de perseguição não é somente religiosa mas, também, política, pois combate a Igreja como uma importante força social emergente. Desse tipo de perseguição nenhum cristão está isento. No passado a perseguição foi legal e justificada pelo *Institutum Neronianum* que negava ao cristão o direito à existência. Enquanto religião, o cristianismo era uma proposta nova que trazia como consequência a mudança da moral e dos costumes e, portanto, do ordenamento da vida civil. Mudanças sempre trazem insegurança para a *status quo*, assim o cristianismo se tornou *religio illicita* ou *supers-*

*titio nova et malefica*. Conforme Suetônio, essa nova religião era perigosa, pois, pretendia reunir todos os homens numa mesma fé e destruir o paganismo. Ao motivo religioso (paganismo) junta-se o motivo político (hegemonia do Estado). Dessa forma, os cristãos foram julgados ateus dos deuses<sup>14</sup>. Na verdade, o cristianismo com seu caráter universal, questionava a religião nacional politeísta e tirava a religião, agora pessoal e livre, do poder do Estado. Delimitava fronteiras entre o Estado e Deus. É, também, nesse sentido que Justino, por exemplo, coloca as perseguições num contexto de idolatria. O ídolo, "não se resignando a perder o império do mundo, incita autoridades, sacerdotes e o povo pagão para o extermínio dos cristãos"<sup>15</sup>. Cipriano também reconhece no contexto das perseguições um combate de Deus contra o diabo. Nesse combate, o mártir e Cristo são um só. É Cristo quem sustenta na luta e engaja no combate<sup>16</sup>. Também Orígenes justifica as perseguições pela necessidade que os ídolos têm de sacrifícios sangrentos afim de poderem subsistir, por isso, todo sacrifício oferecido

aos ídolos e todo ato de culto ao imperador, segundo o Apologeta, provêm do demônio, consentindo-lhe, desse modo, a permanência sobre a terra. Ser ateu dos ídolos, nesse caso, é a condição e a razão mesma do ser cristão<sup>17</sup>.

As perseguições são também atribuídas ao cumprimento da bem-aventurança da justiça. A busca da justiça é uma confissão diária de Cristo. Quem fala conforme o preceito de Cristo e se atem à paz, ao bem e à justiça, confessa diariamente o próprio Cristo<sup>18</sup>. A missão de evangelizar se defronta com as injustiças, por isso, Clemente de Alexandria situava o martírio no contexto das bem-aventuranças, ensinando que a justiça é uma virtude do Evangelho e que, portanto, está subjacente ao contexto martirial<sup>19</sup>. A morte do homem pelo homem é injustiça contra Deus e contra o próprio homem. Encontrar caminhos para fazer surgir a vida de Deus no coração do homem é obra de justiça. O mártir é sempre vítima de uma injustiça, embora morra por uma causa justa.

Nas perseguições, os mártires inauguram a objeção de consciên-

cia e a valorizam mais que a vida, como é exemplar o caso de Vibia Perpétua: "nós chegamos voluntariamente a este ponto, justamente para salvar nossa liberdade e, para não termos que fazer atos como os que pretendeis impôr-nos, temos entregado nossa vida"<sup>20</sup>. Num contexto em que a consciência do Estado age sobre o indivíduo, o mártir morre para defender a sua consciência e tomá-la livre. A consciência deixa de ser um sentir com o Estado para se tornar liberdade e intimidade com Cristo. É patente a incompatibilidade da nova religião que tem o Cristo como Filho de Deus e único Senhor da criação e salvador dos homens, com a religião do Estado que exige culto ao imperador e sacrifício aos ídolos. Na perseguição, a fé e a credibilidade da nova religião são provadas ao extremo.

### 3. CONDIÇÕES PARA O TESTEMUNHO

Segundo as Atas, o martírio acontece dentro de condições precisas: contexto de perseguição à Igreja; mediante processo legal, cujo conteúdo é a delação, prisão, julgamento, condenação, tortura e execução<sup>21</sup>.

12. Cf. Hipólito, AcMart. 63. Também no martírio de Luciano e Marciano, o elemento constitutivo é a disposição sincera em suportar os sofrimentos, idem, 660.

13. Plínio a Trajano, Epistolarum 1 X, 96; Cf. Eusébio HE 33, (PG 20, 286).

14. O "sim" do mártir é a sua "confissão de fé" e é testemunha da verdade de Deus. Os ídolos são mortos, os mártires atestam a vida de Deus e a sua própria vida, pois, "os vivos não sacrificam aos mortos"; BUENO, D.R., o.c. 378-382.

15. 1Apol. 5,1; 12,5; 448 PG 6,327; Orígenes afirma que o sangue dos mártires anula sua ação, CJo 6,54, 281-83 (PG 12, 1031); CCelso 8,44 (PG 11, 637).

16. Epist. X, 4,3; 57, 8, 1 (PL 3,790).

17. ExMart., 45 (PG 11, 622).

18. Cipriano, Epist. XIV (PL 3, 822).

19. Strom. IV 4 (PG 8, 1214).

20. PPerp. 18 (PL 3, 10).

21. MPolyc. 1,1; 9, 1-2 PG 5, 1053; Orígenes ExMart. 42 (PG 11, 613); idem Eusébio HE VIII e IX (PG 3, 212-302); sobre a perseguição de Diocleciano: o martírio vem com a perseguição para lembrar a Igreja o seu verdadeiro papel; AcMart., 868. A delação era tida como exigência legal para a condenação ao martírio; Cf. Mart. Simeão, Eusébio HE III 32, 1-6 (PG 3, 282). O cristianismo foi crime legal durante os três primeiros séculos de sua história; Cf. AcMart., 114; delação, interrogatório, suplício e execução, Cf. Plínio a Trajano, Epistolarum 1, X, 96; apud Eusébio HE (PG 20, 286).

### 3.1 O NOME CRISTÃO

Uma característica, em todos os martírios dos primeiros séculos marca o processo e o julgamento do mártir. Ao professar a fé, ele o faz admitindo e assumindo sua condição de cristão. Ao tomar essa atitude, o mártir é condenado irremediavelmente à morte. O nome "cristão" era portador de um significado incompatível com o contexto social, religioso e político de então. Ser cristão se tornou uma realidade ontológica de pertença e afirmação da soberania de Cristo e conseqüente negação do ídolo e de tudo o que o ídolo significava. Exclamar no tribunal *christianus sum* ou *kristianós eimi* era professar a fé no Deus único, em seu Filho Jesus Cristo e na ação do Espírito Santo. Era, ao mesmo tempo, afirmar a soberania e o reinado de Cristo, conquistado pela morte e ressurreição. Era, ainda, colocar-se sob a pertença de Cristo, na Igreja, recusando a adoração aos ídolos feitos por mãos humanas<sup>22</sup>. A confissão da fé era, ao mesmo tempo, condenação à morte. Um único fato que

comporta duas dimensões: a fé em Cristo e a morte para o ídolo<sup>23</sup>. A lei pôs na ilegalidade o nome cristão: *non licet esse vos* e, contra isso, reagiram principalmente os Padres apologetas ao reconhecerem que uma lei iníqua não deve ser respeitada. O que dá valor à lei, explica Tertuliano, não é a autoridade que a fez em seu benefício, mas a sua equidade. A lei jamais pode estar acima da verdade, tampouco pode decretar a não existência dos que fazem o bem<sup>24</sup>. Justino, da mesma forma, questiona eticamente a condenação dos cristãos, afirmando que "só pelo nome jamais se pode julgar se uma ação é boa ou má"<sup>25</sup>. Portanto, o mártir com seu sacrifício, põe a descoberto uma situação estrutural de injustiça.

### 4. ELEMENTOS TEOLÓGICOS

O martírio possui o sentido de testemunho coroado com a morte. Ser mártir é beber o cálice de Cristo que faz, pela morte, *Socius Christi*, pois "Cristo é o mártir fiel e verdadeiro, o primogênito dos mortos e autor da vida de Deus"<sup>26</sup>.

Cristo funda, assim, todo martírio e todas as formas de testemunho. Os que padeceram se configuram a ele e, selando com a morte seu testemunho, são por ele resgatados.

### 4.1 CONFIGURAÇÃO A CRISTO

A configuração a Cristo é o primeiro dado importante para a compreensão do martírio cristão. Configurar-se a Jesus é, nesse caso, sofrer perseguição como ele sofreu, padecer a paixão nas torturas como ele padeceu e, finalmente, morrer como ele morreu. Essa dimensão teológica só é realizável pela fé na pessoa de Cristo. Dessa forma, nem toda morte é martírio, mas somente aquela ocorrida na fé, que sela com o sangue o testemunho em favor de Cristo e que, por isso mesmo, faz do cristão "co-herdeiro com Cristo"<sup>27</sup>. Martírio é também dar a vida pelo próximo e, considerando que o próximo mais íntimo é Cristo, martírio é, em primeiro lugar, dar a vida por Cristo<sup>28</sup>. A morte do mártir, como ato único e último, sela definitivamente o testemunho.

A configuração ao Senhor é entendida também como íntima união

e participação verdadeira e própria no mistério de Cristo que foi rejeitado e morto, mas que ressuscitou e está glorificado. Entre Cristo e o mártir há, portanto, uma comunhão de sofrimento e de glória<sup>29</sup>. Cristo e o mártir se confundem: age no mártir, combate com ele, sofre com ele, fala com o mártir e o mártir o vê "face a face"<sup>30</sup>. Essa configuração, conforme Orígenes, é realizada na unidade com as pessoas divinas, pois, "fazendo a vontade de Deus tornastes dignos de ser uma coisa só com o Filho, o Pai e o Espírito Santo, conforme a pregação do Salvador que diz: *como eu e tu somos uma coisa só*"<sup>31</sup>.

### 4.2 MÁXIMA PERFEIÇÃO

Nas Atas, o testemunho martirial foi entendido como máxima perfeição (teleíosis) e prova consumada de caridade e amor perfeito<sup>32</sup>. O mártir confirma com seu testemunho a verdade da predicação do Evangelho, especialmente pela atitude não violenta diante do perseguidor. O martírio, como perfeição, supõe a caridade entendida como oferta da própria vida ao autor da vida e que se torna ação de graças<sup>33</sup>. Supõe, ainda, a radicalidade

22. Alguns exemplos mais relevantes das AcMart.: Policarpo (272), Ptolomeu e Lúcio (282), Felicidade e seus sete filhos (296), Justino (313), Potino (325), Blandina e mártires de Lion (326), mártires africanos: Esperato, Donata, Vestia, Nartzalo, Citino, Segunda e outros (354), Apolônio (Cf. Eusebio HE V, 21), Felicidade e Perpétua (405), Leônidas (HE IV 1, 6), Piônio (HE IV 15, 46-48), Máximo (651), Cipriano (756), Frutuoso e Augúrio (789), Nicéforo (854), Marino (856) Maximiliano (949), Saturnino (976), Irineu (1030), Felipe (1071).

23. Cf. MJust. (PG 6, 443). Cf. também Martírio Sinforosa e seus sete filhos, AcMart. 260: "Há dois caminhos: sacrificar aos deuses e morrer para Deus ou se sacrificar para Deus e morrer para o ídolo".

24. Apol. II, 3 (PG 6, 444); idem Apolônio, Cf. Eusébio HE V, 21 (PG 20, 286).

25. Apol. I, 46 (PG 6, 327).

26. MPolyc. VI, 2 (PG 5, 1034).

27. AcMart. 130; sobre a fé na patrística vide: D.SPADA, *La fede nei Padri*, Roma 1985; P.STOCKMEIER, *Fede e religione nella Chiesa primitiva*, Brescia 1976.

28. Cf. Strom. 43, 1 (PG 8, 1214).

29. MPolyc. 6,2 (PG 5, 1034); idem Orígenes, ExMart., 11 (PG 11, 578); idem MLugd. I, 41; Cf. Eusébio HE V, I 3,6 (PG 20, 402).

30. Cf. Cipriano, Epist. 10, 4, 4 (PL 4, 259); PPerp. 15, 3 (PL 3, 44); MPolyc. 2,2 PG 5, 1030; Tert. AdMart. I, 3 (PL 1, 691); Orígenes ExMart. 13 (PG 11, 579).

31. ExMart. 39 (PG 11, 579); Cf. Jo 17,21.

32. Strom. IV 4, 14,3 (PG 8, 1214).

33. Cf. Orígenes, ExMart. 28 (PG 11, 595).

da perseverança até o fim: "A perseverança até a morte é, junto com o amor, elemento essencial para o testemunho perfeito"<sup>34</sup>.

### 4.3 IMITAÇÃO DE CRISTO

A imitação cruenta de Cristo, no contexto teológico da configuração, ressalta a proximidade com o Senhor e insere o mártir como partícipe e cooperador muito especial da salvação<sup>35</sup>. A perfeição é alcançada na radicalidade do seguimento e imitação de Cristo, o que inclui a perseguição, a prisão, a tortura e a morte violenta. Imitar é também identificar-se. A identificação plena com o Senhor só será possível na eternidade, mas o mártir já tem a sua participação ao sair de si e doar-se com a máxima caridade. Cristo é o *arquimártus*, modelo do mártir digno de ser imitado. Segundo Cipriano o mártir é *collega passionis cum Christo*, companheiro e imitador mais perfeito do Senhor<sup>36</sup>. Como imitador se torna *eikon* dele, por isso mesmo, sinal-sacramento para a comunidade cristã.

### 5. ASPECTOS MORAIS DO TESTEMUNHO

A moralidade do ato do martírio é converter o mal em bem. O

mal da morte em bem da salvação. O testemunho convoca ao ato bom, à verdade da vida de Deus e da Igreja. Justino, ao fazer um jogo com as palavras *kristianós* (cristão) e *krestós* (bons) define a moralidade da vida cristã diante da perseguição, afirmando: "somos acusados de ser cristãos, quer dizer, de ser bons; pois bem, odiar o bom não é justo"<sup>37</sup>. No contexto das perseguições, portanto, emerge uma ética capaz de distinguir e discernir o bom e o justo, bem como a iniquidade de uma lei injusta. Ademais, o comportamento moral cristão: inocência, justiça, paciência, sobriedade e castidade, não contradiz os ensinamentos universalmente aceitos.

O grande argumento em favor do cristianismo é a vida dos cristãos<sup>38</sup> e a capacidade de doá-la quando para isso for chamado. A assimilação a Cristo se traduz no agir. Essa é a condição nova do homem, sua realidade interior traduzida no empenho de uma vida conforme aquela de Cristo. A norma máxima do agir moral provém da conformidade a Cristo o que permite, por sua vez, testemunhar e levar Cristo aos homens<sup>39</sup>. Fato máximo e definitivo

desse testemunho é a doação da própria vida no martírio. Se, por uma vida moralmente reta, o cristão se torna sinal, no sacrifício cruento do martírio ele coroa esse testemunho, assemelhando-se mais a paixão de Cristo, despertando na comunidade cristã, pela fidelidade à consciência no testemunho da verdade revelada, um éthos corajoso diante do perigo (*parrhesía*) na confiança ilimitada em Deus<sup>40</sup>.

Contra a moral de dominação, o mártir inaugura uma nova moral abraçando a castidade, partilhando os bens e rezando pelos inimigos. Diante das leis proibitivas de professar livremente a fé e que consideravam a Igreja um *collegium illicitum*, o mártir aparece como um contraventor da ordem estabelecida<sup>41</sup>. Fiel à consciência, legitimada pela fé e traduzida em atos de justiça, os cristãos realizavam a desobediência civil. Continuavam se encontrando, partindo o pão e sofrendo o martírio. O testemunho implica, portanto, obediência e desobediência: obediência a

Deus que fala na consciência e desobediência ao poder constituído. O mártir realiza a máxima evangélica que afirma ser "melhor obedecer a Deus que aos homens"<sup>42</sup> e esse é um imperativo da consciência cristã. O ato do Martírio é, portanto, o testemunho da própria consciência<sup>43</sup>.

Com Cipriano se afirma que o mártir é a "resistência da fé" e seu éthos implica fidelidade à causa defendida, transcende o perigo e cataliza em si o agir moral cristão<sup>44</sup>.

### 6. DIMENSÃO ECLESIOLOGICA DO TESTEMUNHO

O martírio acontece na comunidade eclesial e é seu elemento constitutivo primeiro<sup>45</sup>. É do lado aberto de Cristo, a testemunha fiel, que nasce a Igreja pelo Batismo e pela Eucaristia. À partir daí, todo martírio interpela a Igreja como uma necessidade vital que reaviva sua própria existência. Como a mãe macabéia que acompanha os filhos ao sacrifício e assiste sua imolação, a Igreja protege os filhos, se alegra com eles, sofre com

34. Strom. IV 21, 130 (PG 8, 1214).

35. Cf. ExMart. 42 (PG 11,613).

36. Cf. Cipriano, Epist. 6,2,1 (PL 3,240); idem MLugd. II, 2 Cf. Eusébio HEV, I, 3,6 (PG 20,402).

37. Cf. Apol. 1, 46 (PG 6, 398).

38. Cf. Epist. a Diogneto, 6 (PG 2, 1168).

39. Cf. Justino, Apol. I, 46 (PG 6, 398).

40. O significado primeiro de *parrhesía* é de expressar livremente o próprio pensamento diante dos homens. A fraqueza se torna coragem de ser franco diante daqueles que negam o direito de dizer a verdade. É, no contexto cristão, anúncio franco da mensagem de Cristo, sem tangiversação ou relutância. Sobre esse tema: C.NOCE, *La parrhesia terrestre del martire in Attualità della Teologia Morale*, Roma 1987.

41. Cf. Cipriano (PL 3, 236).

42. At 5, 29.

43. 2Cor 1, 12.

44. Epist. X (PL 3, 790).

45. Muitos morrem por uma causa que não exige a fé como condição, por isso, Cipriano insiste na autoridade e comunhão da Igreja, afirmando que não pode ser apto para o martírio quem não é armado pela Igreja para a batalha, in *De Lapsis* (PL 3, 478).

os mais fracos, acolhe os que voltam e celebra a vitória<sup>46</sup>.

O martírio possui a característica de confirmar a Igreja na fé. No sofrimento e na morte do mártir é toda a Igreja que está presente, sofrendo e sendo provada. A Igreja depende do testemunho. O vínculo mais íntimo entre ela e o Cristo, sua principal testemunha, é celebrado na eucaristia, como sacramento da unidade<sup>47</sup>.

### 6.1 ASPECTO VOCACIONAL

Na dimensão eclesiológica, o aspecto certamente mais relevante é o vocacional. Primeiramente, porque o martírio é "escolha livre de Deus e resposta do homem ao chamado divino"<sup>48</sup>. Não é decisão do homem, mas resposta testemunhal de amor com a qual o cristão confirma a sua opção fundamental pela causa de Cristo. A decisão livre está no nível da resposta ao chamado daquele que, por primeiro, deseja o testemunho em benefício dos irmãos. Cristo chama alguns a dar testemunho com a própria vida, como ele próprio foi chamado pelo Pai e entregou sua vida pela humani-

dade. Todos são, na verdade, chamados ao testemunho, mas somente a alguns cabe o privilégio do martírio. É gesto de coragem, destemor, franqueza e liberdade diante do poder opressor<sup>49</sup>.

De outro lado, o mártir que tem o seu modelo no próprio Cristo, se torna sinal-sacramental para a comunidade cristã, isto é, se torna vocacionador edificando os irmãos pelo sofrimento, abnegação e entrega. Seu sangue, no dizer de Tertuliano, "é semente de novos cristãos"<sup>50</sup>. O fato martirial vocaciona a ser Igreja. Até as relíquias do mártir continuam sendo um sinal forte que chama à comunhão da fé. Quem causa a morte do mártir conhece essa força misteriosa presente no martírio e procura ocultá-la desfazendo-se dos sinais do testemunho.

Hipólito reconhece que o mártir se torna instrumento de aproximação e conhecimento do homem com respeito a Deus<sup>51</sup>. O martírio não tem, dessa forma, só relevância pessoal-interior (subjéctiva) mas também eclesiológico-comunitária e público-social (objéctiva). O teste-

munho dado publicamente traduz a mensagem salvífica que a Igreja dirige universalmente a todos.

### 6.2 ASPECTO SACRAMENTAL

O martírio é um sinal-sacramental que realiza o mistério de Cristo, sua presença e ação no mundo, sua mediação no sofrimento, modelo e exemplo para a comunidade cristã<sup>52</sup>. Cristo é o grande sacramento e primeira testemunha. Ele é o primeiro na perseguição, no sofrimento, na morte e na ressurreição. Sofreu por primeiro, provou por primeiro a injúria, a fuga, a tortura e a morte. O testemunho está indelevelmente unido à missão de Cristo, já que é pelo testemunho que outros aderem à fé, especialmente quando é ratificada pela doação da vida<sup>53</sup>. Enquanto sinal, o martírio possui um carácter pedagógico porque é modelo que mostra uma realidade superior e ensina a alcançá-la. Orígenes compara o martírio a um "espetáculo onde os cristãos são expostos e vistos pelas multidões"<sup>54</sup>, como no dizer do Apóstolo: *somos feitos espetáculo para o mundo, aos homens e aos anjos*<sup>55</sup>. Ao ser exposto ao suplício público, o mártir

expõe também a causa pela qual ele dá a vida. Ele é o significante, cujo significado provoca uma nova consciência e convoca à fé e à novidade evangélica.

### 6.3 NOVO BATISMO

Para Orígenes, o martírio era um "novo batismo", um perfeito "batismo de sangue" que deixa mais puro que o batismo de água. Ele chama para si o dito de Jesus sobre o tema: "tenho de ser batizado com um batismo que vós não conheceis! E como me sinto ansioso até que se cumpra"<sup>56</sup>. Da mesma forma, Cipriano afirma: "no batismo de água recebe-se o perdão dos pecados, no batismo de sangue a coroa da virtude"<sup>57</sup>. O martírio é considerado ainda figura do batismo porque "o sangue dos mártires purifica a cidade manchada pelo sangue oferecido aos ídolos"<sup>58</sup>, isto é, o sangue dos mártires reabilita o sangue das vítimas inocentes. Os ídolos causam a morte, mas Deus, por essa morte, oferece a salvação. Eis o carácter misterioso da misericórdia de Deus que se faz presente, especialmente naqueles que o imitam no sofrimento e na morte e, também, o

46. Cf. Tertuliano, De Anima 43, 10 (PL 1) Cipriano, Epist. 10 (PL 3, 236); MLugd I, 11; Eusébio HE V, I, 3, 6 (PG 20, 402); De Laps. 2 (PL 3, 478); sobre a tipologia das figuras da Igreja, ver: J.DANIELOU, *Les origines du christianisme latin*, Paris 1978, 248.

47. Cf. Cipriano, Epist. 5, 2 (PL 3, 236).

48. Hipólito, Comm. Daniel II, 35-36; Cf. Rm 14, 8.

49. ExMart. 19, 37 (PG 9, 587); idem MPolyc. 101, 1 (PG 5, 1036).

50. *Semen est sanguis christianorum*, Apol. AdGen. 50, 15 (PL 1, 603); idem Agostinho, Sermo. 280 (PL 38, 1285). A Igreja é uma *sementeira* regada com o sangue dos mártires, Cf. PPerp. (PL 3, 44).

51. Hipólito, Comm. Daniel II, 38 (PG 10, 810).

52. Cf. Cipriano, Epist. XXXVII (PL 3, 335); Epist. 57, 6, 3 (PL 3, 358); idem ExMart. 41 (PG 9, 578).

53. Cipriano, Epist. 55, 9 (PL 3, 358).

54. ExMart. 18 (PG 11, 586); idem Tertuliano AdMart. (PL 1, 691); De Corona Militis 1 (PL 2, 53).

55. 1Cor 4,9.

56. Lc 12, 50; Mc 10, 38; Mt 20, 22.

57. Cipriano, Epist. 73, 22 (PL 3, 425); idem Tertuliano, De Bapt. 16, 2: "O batismo de água e o de sangue têm origem no lado de Cristo", Cf. Jo 19, 24 (PL 1, 1306).

58. IgnAntioq. (PG 5, 980).



caráter expiatório do sangue derramado. O martírio é, portanto, uma conseqüência lógica dos compromissos assumidos no batismo.

## 7. MEMÓRIA E LITURGIA

O culto aos mártires e as suas relíquias constitui importante aspecto no contexto eclesial do martírio. A veneração e a memória são elementos da mesma realidade. As relíquias de Inácio, por exemplo "foram trasladadas a Antioquia e depositadas numa cápsula como tesouro inestimável deixado pela graça do mártir à santa Igreja"<sup>59</sup>. Da mesma forma, no martírio de Policarpo consideram-se seus ossos "mais estimados que pedras preciosas e de maior valor que o ouro"<sup>60</sup>. Elas não são objetos de fé, mas motivações para a fé e a piedade eclesial. A liturgia celebra a memória de Jesus, morto, ressuscitado e presente no meio dos seus. Nos casos dos mártires, eles se comportam como mediadores na celebração litúrgica. Isso se afirma com Hipólito: "com efeito, quando um dos santos é chamado ao martírio e nele se cumprem algumas maravilhas obras

por Deus, todos se enchem de admiração e celebram, por sua causa, a grandeza de Deus"<sup>61</sup>. A memória é revivida na liturgia, especialmente o dia da morte do mártir (*dies natalis*) como o dia em que nasceu para a vida eterna. Lia-se a paixão do mártir junto as suas relíquias e "com alegria e regozijo nos concederá o Senhor celebrar o dia natalício de seu mártir, para recordação dos que hão de combater"<sup>62</sup>. Assim, o aspecto litúrgico comporta também uma dimensão catequético-pedagógica. Celebrar a memória é, não só fazer justiça ao mártir que deu a vida, mas também preparar a Igreja para os futuros testemunhos. Os martirólogos surgidos na Igreja primitiva são documentos que atestam sua intercessão para obter o perdão e a reconciliação<sup>63</sup>. Mais tarde já não se morria pelo nome cristão mas por celebrar seus mistérios e possuir as escrituras. Sob Diocleciano, os livros de culto e as Escrituras eram confiscados e queimados. A simples recusa da entrega desses livros significava a entrega da vida no martírio<sup>64</sup>. Houve uma passagem

do martírio pelo nome cristão ao martírio pela liturgia realizada. A fé celebrada é a mesma fé vivida cotidianamente. Os objetos litúrgicos, as relíquias e livros sagrados não eram objetos de fé, mas meios para o seu livre exercício.

## 8. ESPIRITUALIDADE MARTIRIAL

As Atas narram não só o processo, julgamento e execução do mártir, mas também o seu comportamento corajoso e cheio de fé, expresso especialmente nos diálogos e nas orações. Na oração feita pela testemunha, antes de sofrer o martírio, em geral está presente a confissão da onipotência de Deus em quem o mártir deposita total confiança; a filiação divina de Cristo, como verdade da fé pela qual o mártir dá a vida; a ação de graças por ser digno de participar do sofrimento de Cristo; a certeza da ressurreição da carne e a ação do Espírito Santo, como na oração de Policarpo:

"Senhor, Deus onipotente, Pai de teu amado e bendito servo, Jesus Cristo, por quem temos recebido o conhecimento de ti, Deus dos anjos e das potestades, de toda criação e de toda casta de justos, que vivem na tua presença. Eu te bendigo, porque me tiveste por digno desta hora, a fim

de tomar parte, contado entre os teus mártires, no cálice de Cristo, para a ressurreição de eterna vida, em alma e corpo, na incorrupção do Espírito Santo. Seja eu com eles recebido em sacrifício aceitável, conforme de antemão me preparaste e me revelaste e agora o tens cumprido, tu ó infalível e verdadeiro Deus. Portanto, eu te louvo por todas as coisas, te bendigo e te glorifico, por mediação do eterno e celeste Sumo Sacerdote, Jesus Cristo, teu servo amado, pelo qual a glória a ti, com o Espírito Santo, agora e nos séculos por vir. Amém"<sup>65</sup>.

Há, portanto, uma verdadeira espiritualidade martirial calcada na Sagrada Escritura e fundamentada na negação de si mesmo, no carregar a cruz, perder a vida terrena para ganhar a vida eterna, não vivenciar a si mesmo mas o Cristo, como Inácio que se chama *teóphoros*, portador de Deus<sup>66</sup>. Há, nessa espiritualidade, um aspecto escatológico a considerar. Orígenes atribui, por exemplo, Mt 19, 27-29 aos mártires que, tendo seguido Jesus até o fim, julgaram com ele as doze tribos de Israel. Da mesma forma o martírio é, para ele, um supremo combate da fé contra a negação dessa mesma fé. Para Hipólito o mártir

59. Cf. BUENO, D.R., *Padres Apostólicos*, Madrid 1950, 577.

60. MPolyc. XVIII, 2 (PG 5, 1044).

61. AcMart. 66.; idem Agostinho, Sermo CCCX (PL 38, 1410) fala da mensa Cipriani, altar erguido onde foi imolado o mártir como um costume significativo.

62. MPolyc. VIII, 2 (PG 5, 1044).

63. O pedido de perdão é atendido em nome dos mártires; Cf. Cipriano, Epist. XII e XXI (PL 3, 286-289); Pela veneração, os mártires se tornam intercessores, Cf. Tertuliano, AdMart. 1; De Impudicitia, 22 (PL 1, 691, 979).

64. Cf. Martírio de Felix e Euplo, entregar as Escrituras era o mesmo que renegar a fé; AcMart. 961, 986, 1053.

65. (PG 5, 1040); também no martírio de Euplo há uma profissão de fé completa no Deus Uno e Trino: "Eu adoro ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo. A Santíssima Trindade adoro, fora da qual não há deus algum", AcMart. 1054.

66. BUENO, D.R., o.c. 47.

não será julgado, mas será ele o juiz e terá parte na primeira ressurreição<sup>67</sup>. Tudo isso, porém supõe a convicção interior da consciência. A intimidade do cristão, consciente de sua fé e de seus atos, com o Cristo que habita sua consciência, dá sustentação à espiritualidade martirial. É, interiormente, que o mártir deve estar convencido de sua fé, como afirma Hipólito: "Deus não necessita de nossas mentiras, por mais piedosas que sejam, para creditar sua verdade"<sup>68</sup>.

Na espiritualidade do martírio, há também uma dimensão pneumatológica importante. O Espírito age no mártir porque "é a alma da Igreja e vínculo que une e comunica a vida divina a todos os seus membros, guia fiel à plena conformação com Cristo"<sup>69</sup>. Se pelo batismo o cristão se torna habitação do Espírito Santo, pelo martírio ele se conforma ainda mais a Cristo e tem o Espírito como advogado e consolador<sup>70</sup>. O Espírito está sobre o mártir que sofre pelo nome de Cristo e, quando no cárcere ele o ilumina, dá sustento na hora

da prova, sentido a seu sofrimento e fala pela boca do mártir<sup>71</sup>.

O martírio possui ainda uma espiritualidade centrada na *seqüela* e imitação de Cristo, não só em momentos especiais, mas na vida cotidiana do cristão e da Igreja. A espiritualidade da oferta livre e amorosa da própria vida, é alimentada no íntimo do coração humano "disponível à vontade do Senhor"<sup>72</sup>, por isso, o Espírito é o pedagogo do mártir<sup>73</sup> tornando preciosa sua morte e dando-lhe a imortalidade "como prêmio pelo supremo ato de coragem"<sup>74</sup>.

Os Padres da Igreja, diante do testemunho de tantos cristãos no momento da prova, exortavam a comunidade a preparar-se para a "hora" do cumprimento de sua vocação. Aos cristãos de Tíbaris, Cipriano mandava ter consciência do valor do martírio "bebendo o cálice de Cristo para poder aspergi-lo"<sup>75</sup>. O mártir, por sua vez, exorta a Igreja a perseverar na solidariedade da oração, na firmeza da fé e na unidade<sup>76</sup>. A solidariedade da Igreja para com

aquele que vai sofrer o martírio provém da consciência aguda de pertencer ao mesmo corpo, do qual Cristo é a cabeça<sup>77</sup>.

## 9. EFICÁCIA DO MARTÍRIO

Cristo dá eficácia a todos os gestos sacramentais de sua Igreja. Da mesma forma, ele dá eficácia ao sangue dos mártires como sinal de seu amor pelos homens. Os Padres os colocam como mediadores e cooperadores de Cristo e da Igreja no múnus de salvar o mundo a partir do testemunho. Unido a Cristo, o mártir convoca ao arrependimento e ao perdão, atualizando o testemunho de Cristo. "É Cristo quem sofre no calvário, sobre o altar e onde os seus servos sofrem violência e morrem pelo Nome"<sup>78</sup>. A novidade do perdão suplanta todo ato humano e é, portanto, o "*optimum*" do martírio. O mártir possui a sabedoria de Deus e o perdão que pode oferecer, como Cristo que, na cruz, perdoa seus executores "pois não sabem o que fazem"<sup>79</sup>. Dessa forma, o mártir vence quem o mata sem

usar as armas opressoras. Faz uso do amor e da misericórdia como critério último que manifesta a persistência do desígnio de Deus em salvar o homem.

Para que o martírio produza eficácia, ele precisa participar dos resultados da morte de Cristo<sup>80</sup>. Ele é entendido como participação no sacrifício expiatório de Cristo o qual continua na morte do mártir livremente aceita. Dessa realidade depende também a Igreja. É nesse sentido que Orígenes temia uma Igreja sem mártires<sup>81</sup>. O mártir se imola em favor da Igreja, o perdão e a remissão vêm por Jesus Cristo. Os Padres afirmam que o sacrifício do mártir é consanguíneo (*suggenés*) àquele de Cristo, por isso se torna sinal contínuo e eficaz da redenção, uma vez que continua no tempo e na história o mistério do Senhor.

## CONCLUSÃO

A época patrística foi um tempo forte do testemunho na Igreja. Professar a fé em tempo de perseguição constitui-se num desafio

67. *ibidem*; Cf. também Cipriano, Epist. X (PL 4, 259).

68. (PG 10, 817).

69. ExMart. 18 (PG 11, 586).

70. MLudg. I, 9 in Eusebio HE V, I, 3,6 (PG 20, 402).

71. Tertuliano, AdMart. 1,3 (PL 1, 691); Adv.Prax. 29, 7 (PL 1, 154); MLudg. I, 29; Cipriano, Epist. VI (PL 3, 240).

72. Cf. Cipriano, De Mort. 17 (PL 4, 603).

73. Cf. Lc 12, 11-12.

74. Cipriano, Epist. X 2,3 (PL 4, 259).

75. Epist. 57, 1,2; 1,3; 9,2 (PL 4, 369).

76. MPolyc. 17, 3; 18,3; 19,1 (PG 5, 1042); MLudg. II, 7, Cf. Eusébio HE V, I, 3,6 (PG 20, 402); Cipriano, Epist. 15, 2; (PL 3, 270).

77. A solidariedade sempre foi traduzida em gestos concretos: orações da comunidade, visitas às prisões para ajuda material e celebração da eucaristia, cartas de exortação e atenção para com os condenados às minas; Cf. Tertuliano AdMart. 1,1 (PL 1, 691); Apol. Adgen. 39, 6 (PL 1, 531); Cipriano, Epist. 5,2; 15,1,2 (PL 3, 236).

78. De um estudo de M.PELEGRINO, *Eucaristia e martírio em S. Cipriano in Convivium Dominicum* (studi sull'Eucaristia nei Padri della Chiesa antica; miscelanea patristica), Catania 1959, 135-150.

79. Lc 23,34 "não sabem o que fazem", em relação à sabedoria de Deus que perdoa; *idem*, mártir de Saturnino onde, na tortura, o mártir profetiza, denuncia e perdoa, in AcMart. 976.

80. Em algumas passagens do Novo Testamento o martírio se expressa em termos sacrificiais, Cf. Fil 2,17; 1Tim 4,6; Ap. 4,9; Ef 8,1; Cf. também MPolyc. 14, 1-2 (PG 5, 1042).

81. Homj. 10,2; também para Cipriano o martírio é central na Igreja e não se pode prescindir dele, Epist. 1,2 (PL 3, 193).



sem precedentes. Nesse ambiente de intensa religiosidade e ao mesmo tempo de conflitividade é que vai, aos poucos, firmando-se o conceito de martírio. A confissão da fé quando exige a morte para ser atualizada se torna martírio, portanto, testemunho radical em defesa da causa de Cristo que, por sua vez, é o paradigma mais importante. O seguimento de Jesus até o martírio é expressão máxima da fé cristã, por isso a fé não pode ser excluída do falar teológico sobre o testemunho. A testemunha se coloca numa situação de pobreza e ausência de forças diante do poder e da força do mundo, por isso, na prova do martírio, a fé é sua força. Pela fé que testemunham, os mártires contribuem para a salvação de seus irmãos. Eles se entregam a Deus numa fidelidade constante. Não contam com suas próprias forças, mas com a força do Espírito. Não provocam a perseguição, mas aceitam-na quando inevitável. A fidelidade a Deus faz do testemunho uma missão recebida e cumprida até o fim.

Depreende-se das *Acta Martyrum* que a testemunha é capaz de levar até o radicalismo a dinâmi-

ca da vida, colocando em questão seu valor absoluto de maior bem. Sacrificando a vida no martírio, ele dá testemunho de algo que é maior que a própria vida: Deus, o autor da vida. A vida, embora sendo em si mesma o maior bem que o homem possui, é relativizada em razão da plenitude da vida em Deus. Portanto, é importante considerar que a testemunha, para expressar a vida como dom de Deus, só possui a própria morte, por isso, o martírio é gesto concreto e última obra de sua vida. Ele entrega sua última possibilidade de vida pelo futuro em Deus. O testemunho é elemento integrante e constitutivo da Igreja e a razão primeira de sua credibilidade. Ele passa pelo martírio de Jesus, imitado e reatualizado hoje por aqueles que dão a vida, na fé, pela causa da justiça que é a mesma causa de Cristo.

Pe. Dr. José Adriano é Doutor em Teologia Moral e Diretor da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção.

Endereço:

Av. Nazaré, 993  
CEP 04263-100  
Ipiranga — São Paulo

## NÃO TENHAM MEDO, NÓS VAMOS RESSUSCITAR

Síntese da tese de Doutorado em Teologia  
Dogmática, defendida no dia 10 de março de 1993  
na Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora  
da Assunção — São Paulo

*Prof. Dr. Renold J. Blank*

### 1) UMA PESQUISA DE CAMPO SOBRE A ATITUDE DIANTE DA VIDA APÓS A VIDA

#### 1. O OBJETIVO DA PESQUISA

Em virtude da falta quase total de dados empíricos sobre a atitude dos fiéis frente às verdades básicas do discurso escatológico, a pesquisa tentou numa primeira etapa levantar uma base empírica e segura sobre a atitude da população urbana de São Paulo, em face dos conceitos centrais do discurso escatológico.

Num segundo passo, estes dados são comparados com o conteúdo escatológico tradicionalmente transmitido pela catequese, de tal maneira que, numa terceira etapa, podemos assegurar uma base empírica para a elaboração de respostas aos anseios e atitudes descobertas. São respostas dogmatica-

mente fundadas e ao mesmo tempo formuladas numa linguagem compreensível aos homens de um ambiente urbano e pós-industrial. São respostas, também, que respondem ao mesmo tempo às grandes exigências de uma teologia que quer transmitir a mensagem da fé a partir de um enfoque de esperança e de liberação.

Devido ao fato de nunca, até a presente data, ter sido feita dentro do contexto brasileiro uma pesquisa com este objetivo específico a partir das bases da população, os resultados da presente pesquisa querem contribuir para atender a necessidade de uma teologia que se compreende como estando a serviço dos homens.

Esperamos que os dados aqui recolhidos e trabalhados a partir de um enfoque teológico possam também ser uma contribuição